



ÍNDICE

Nota prévia	15
Apresentação do autor	17
Abreviaturas	19

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

1. Apresentação	23
2. Importância e atualidade do tema	26
3. A “empresa” como objeto de negócios	27
4. O recurso à análise económica do Direito	29

CAPÍTULO II AQUISIÇÃO DE EMPRESAS

§ 1. <i>Asset deals e share deals</i>	33
5. Tipos de negócios de aquisição de empresas (<i>asset deals v. share deals</i>): vantagens e desvantagens	33
6. <i>Asset deals</i> : o <i>trespasse</i> e a cessão de exploração do estabelecimento	35
7. Cont.: efeitos internos e efeitos externos do <i>trespasse</i>	37
8. Cont.: transmissão de dívidas vencidas por efeito do <i>trespasse</i>	41
9. Cont.: determinação do âmbito do <i>trespasse</i>	42
10. Cont.: o aviamento e a clientela	45
11. <i>Share deals</i> : delimitação funcional	50
12. <i>Share deals</i> e arrendamento	58
§ 2. Processo de compra e venda da empresa	65
13. Apresentação	65
14. Planeamento e questões prévias	65
15. Celebração do contrato (<i>signing</i>) e conclusão da operação (<i>closing</i>)	76
16. Cessão de quotas	76



17. Transmissão de ações tituladas nominativas
(não integradas em sistema centralizado) 83
18. Relação entre as partes após a conclusão
da operação (*post-closing*) 99

CAPÍTULO III FUSÃO DE SOCIEDADES

§ 1. Enquadramento	101
19. Noção, natureza e modalidades	101
§ 2. Processo de fusão	107
20. Apresentação	107
21. Projeto de fusão	109
22. (Dupla) fiscalização do projeto de fusão: o parecer do órgão de fiscalização global	113
23. Cont.: os relatórios dos ROC/SROC independentes	114
24. Cont.: conjugação dos arts. 28.º e 99.º/2 e 4 CSC	118
25. Cont.: articulação dos dois pilares da fiscalização	121
26. Registo e publicação do projeto de fusão, convocatória da AG e consulta de documentos	123
27. Direitos dos trabalhadores	124
28. Oposição dos credores	125
29. Deliberação dos sócios	127
30. Forma do ato de fusão e outras exigências legais	131
31. Registo da fusão	132
§ 3. Responsabilidade civil emergente da fusão	135
32. Responsabilidade dos administradores e fiscalizadores (art. 114.º CSC)	135
33. Responsabilidade perante a sociedade	137
34. Responsabilidade perante os sócios	139
35. Responsabilidade perante os credores	141
36. Solidariedade passiva	145
§ 4. Outras questões	149
37. Direitos <i>das</i> e <i>contra</i> sociedades extintas: a <i>fictas societatis</i>	149
38. Fusão simplificada: incorporação de sociedade detida pelo menos a 90% (art. 116.º CSC)	152
39. Direito de exoneração dos sócios	155

CAPÍTULO IV DEVERES DE INFORMAÇÃO PRÉ-CONTRATUAL

40. Introdução	161
41. Questão prévia: distinção entre falta de informação e informação falsa	163
42. Ônus de autoinformação v. deveres de informação em sede de M&A	165
43. Primeiro elemento da previsão normativa: o conhecimento ou o dever de conhecimento da informação só imputável ao vendedor	173
44. Excurso: a possibilidade de o vendedor aceder e transmitir informação da sociedade-visada	179
45. Segundo elemento da previsão normativa: o conhecimento ou o dever de conhecimento da essencialidade da informação para o comprador	189
46. Terceiro elemento da previsão normativa: a legítima expectativa do comprador a ser informado pelo vendedor	191
47. Casuística	193

CAPÍTULO V *DUE DILIGENCE*

48. Conceito, finalidade e importância da <i>due diligence</i> ..	199
49. Preparação da <i>due diligence</i>	203
50. Relatório de <i>due diligence</i> legal	204
51. Dever de <i>due diligence</i> ?: vendedor e comprador	206
52. Cont.: órgãos sociais	208
53. Cont.: sociedade-visada (sociedade anónima)	209
54. Cont.: sociedade-visada (sociedade por quotas)	213

CAPÍTULO VI AVALIAÇÃO DA EMPRESA, PREÇO DE COMPRA E DISTRIBUIÇÃO DO RISCO

55. Avaliação da empresa como um processo subjetivo ..	217
56. Métodos de avaliação objetiva	219
57. Conceitos de “valor” e de “preço”	220
58. Processo de determinação do preço	223

CAPÍTULO VII

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE EMPRESA

§ 1. Enquadramento	225
59. O contrato como instrumento de distribuição de riscos	225
60. Extensão, complexidade e terminologia	228
61. Compra e venda de empresa	230
62. <i>Share deal</i> : o <i>share purchase agreement</i> (SPA)	232
63. <i>Asset deal</i> : o <i>asset purchase agreement</i> (APA)	233
64. Complexos contratuais	234
65. Forma e formalidades	235
§ 2. Partes	237
66. Vendedor pessoa singular casada e consentimento do cônjuge	237
67. Contratação com <i>holding</i> ou SPV	239
68. Contrato negociado por sociedade-mãe mas celebrado por sociedade-filha	240
§ 3. Considerandos e descrição do objeto	247
69. Considerandos	247
70. Cláusulas de descrição do objeto do negócio	248
§ 4. Cláusulas de declarações e garantias (<i>representations and warranties</i>)	251
71. Enquadramento	251
72. Conceito de “ <i>representations</i> ” na <i>common law</i>	252
73. Conceito de “ <i>warranties</i> ” na <i>common law</i>	259
74. “Declarações e garantias” nas operações de M&A no sistema norte-americano	261
75. Enquadramento no sistema português	264
76. Cont.: Cláusulas de garantia que modelam a obrigação de entrega do vendedor ao comprador [art. 879.º, b) CC]	265
77. Cont.: Cláusulas de garantia autónoma	267
78. Cont.: Cláusulas sem limitações de conhecimento (<i>knowledge qualifiers</i>)	269
79. Cont.: Cláusulas com limitações de conhecimento (<i>knowledge qualifiers</i>)	271
80. Cont.: Cláusulas com limitações de relevância (<i>materiality qualifiers</i>)	278

81. Cláusulas de acordo integral (<i>entire agreement</i>). Remissão	279
82. Cláusulas de <i>sandbagging</i> . O conhecimento da incorreção pelo comprador.	280
83. Data de referência das declarações e garantias e renovação no <i>closing</i>	286
§ 5. Cláusulas do preço e de adaptação do preço	287
84. Cláusulas de <i>earn-out</i>	287
85. Cláusulas de <i>completion accounts</i> e de <i>locked box</i>	289
§ 6. Cláusulas de adaptação	291
86. Cláusulas <i>material adverse change</i> (MAC)	291
87. Cláusulas de <i>hardship</i>	297
88. Cláusulas de força maior	299
§ 7. Cláusulas sobre responsabilidade, erro e vícios	303
89. Cláusulas de limitação ou exclusão de responsabilidade civil	303
90. Cláusulas de “indenizações” específicas (<i>specific indemnities</i>)	306
91. Cláusulas de “indenização” por incorreção de declarações e garantias	307
92. Cláusulas de preterição da anulabilidade do negócio por erro	309
93. Cláusulas de “não garantia”. Preterição dos remédios dos regimes da compra e venda de bens onerados e de coisas defeituosas	312
94. Cláusulas de “remédio único” (<i>sole remedy</i>)	313
§ 8. Cláusulas sobre interpretação do contrato	321
95. Enquadramento	321
96. Cláusula geral de interpretação e cláusulas específicas de distribuição de risco	322
97. Cláusulas de acordo integral (<i>entire agreement</i>)	324
98. Cláusulas de interpretação subjetivista	329

CAPÍTULO VIII

PROIBIÇÃO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

99. Introdução	331
100. A origem da proibição de assistência financeira: a <i>section 54</i> do <i>Companies Act 1948</i>	331

101. Cont.: o art. 23.º da Segunda Diretriz de Direito das Sociedades	336
102. A proibição de assistência financeira no art. 322.º CSC: sinopse	338
103. Primeiro elemento da previsão normativa: a sociedade conceder empréstimo ou por qualquer outra forma fornecer fundos ou prestar garantias	341
104. Segundo elemento da previsão normativa: para que um terceiro adquira ações representativas do seu capital social	344
105. Assistência financeira entre sociedades em relação de grupo (grupos <i>de iure</i>) e em relação de domínio (grupos <i>de facto</i>)	348

CAPÍTULO IX ACORDOS PARASSOCIAIS

106. Introdução	351
107. A eficácia do acordo parassocial contrário ao contrato de sociedade	353
108. A eficácia relativa dos acordos parassociais e o princípio da separação (<i>Trennungsprinzip</i>)	357
109. Cont.: A intervenção da sociedade nos acordos parassociais	361
110. Cont.: Reações possíveis ao incumprimento de um acordo parassocial	362
111. Cont.: A ação de condenação no cumprimento e a execução específica do acordo parassocial	363
112. A eficácia das cláusulas que regulam a administração e a fiscalização da sociedade (art. 17.º/2 CSC)	368
113. Superação do princípio da separação perante acordos parassociais omnilaterais?: A admissibilidade condicionada no sistema norte-americano	376
114. Cont.: As flutuações do sistema alemão e a reafirmação do <i>Trennungsprinzip</i>	380
115. Cont.: Análise crítica das tentativas de superação do princípio da separação no sistema português	387

116. Cont.: Posição adotada – reconhecimento de uma “Verbandsordnung im weiteren Sinne” (NOACK)	392
117. Cont.: Primeiro grupo de casos – regulação da administração e da fiscalização (art. 17.º/2 CSC)	396
118. Cont.: Segundo grupo de casos – impugnação de deliberações sociais (art. 17.º/1 CSC)	398

CAPÍTULO X

LITÍGIOS RELATIVOS A OPERAÇÕES DE M&A

§ 1. Introdução	405
119. Enquadramento	405
120. Imputação de conhecimento às pessoas coletivas	406
§ 2. Responsabilidade civil pré-contratual por informações ...	413
121. Responsabilidade civil do vendedor	413
122. Cont: A causalidade	416
123. Cont: O dano indemnizável	422
124. Responsabilidade civil da sociedade-visada	429
125. Responsabilidade civil de outros terceiros (adogados, ROC, etc.)	432
§ 3. Erro-vício	437
126. Enquadramento	437
127. Requisitos da anulação do negócio jurídico por erro sobre o objeto do negócio ou sobre a pessoa do declaratório (art. 251.º CC)	440
128. Cont.: A relevância da desculpabilidade do erro	444
129. Cont.: a necessária ponderação do abuso de direito e da <i>culpa in contrahendo</i>	448
130. Cont.: A imputação de conhecimento às pessoas coletivas e seus reflexos no regime do erro	450
131. Requisitos da anulação por erro qualificado por dolo (arts. 253.º e 254.º CC)	453
132. Erro sobre a base do negócio	457
§ 4. Responsabilidade civil por garantias	463
133. Responsabilidade civil por garantias	463
§ 5. Compra e venda de bens onerados e de coisas defeituosas	467
134. Ónus e defeitos	467
135. Os meios de tutela do comprador	471
136. O fundamento do regime – o contrato e não o erro ..	473

137. Aplicação do regime a <i>asset deals</i>	476
138. Aplicação do regime a <i>share deals</i>	483
139. Aplicação do regime à transmissão de participações minoritárias	486
140. Eliminação de ónus e defeitos (arts. 906.º, 907.º e 914.º CC)	491
141. Redução do preço (art. 911.º CC)	495
142. “Anulação” do contrato (arts. 905.º e 913.º CC) ou resolução por incumprimento (art. 801.º/2 CC) ..	500
143. Indemnização pelo interesse contratual negativo e pelo interesse contratual positivo	506
144. Denúncia e caducidade (arts. 916.º e 917.º CC)	512
§ 6. Articulação dos diferentes regimes legais entre si e com o contrato	519
145. Responsabilidade pré-contratual por informações v. regimes da compra e venda de bens onerados e de coisas defeituosas	519
146. Erro sobre as qualidades do objeto v. compra e venda de coisa defeituosa (falta de qualidades da empresa)	522
147. Articulação dos regimes legais com o contrato. Remissão	524
Bibliografia	525